

Iratán Bezerra de Sabóia

iratan@gmail.com

Raquel Coelho

raquel_coelho@hotmail.com

Cássio Adriano Braz de Aquino

nutra@ufc.br

Narratives et labour: impasses sobre o trabalho como narrativa de si-mesmo na contemporaneidade

Narratives et labour:
the contemporary impasse of the narrative of the self through work

RESUMO - A narrativa é uma das mais antigas formas de expressão do homem, sendo concebida por diversos autores como um meio estruturante desse homem. Tomando a narrativa como forma de significação e constituição psicológica, buscamos delimitar, dentro do campo emergente da Psicologia que toma a narrativa como centro de seus estudos, a formação do si-mesmo através dessa prática discursiva. Enquanto meio de formação do si-mesmo a narrativa perpassa diversos átrios da vida do homem. Um desses campos privilegiados de significação pessoal e social é o trabalho. Entretanto, durante o percurso histórico, percebemos um esforço em alinhar o conceito de trabalho ao conceito de emprego, esforço esse perpetrado por uma ideologia da seguridade do emprego, que é reflexo de um sistema social definido, o sistema industrial. Dentro desse contexto, percebemos que, na contemporaneidade, a categoria trabalho vem sofrendo severas reformulações, sendo mesmo especulado o seu desaparecimento. Dessa forma, buscamos discutir neste artigo as possibilidades da narrativa de si-mesmo através do trabalho em um tempo onde a própria centralidade do trabalho e sua existência estão em xeque.

Palavras-chave: narrativas, narrativa de si-mesmo, centralidade do trabalho, trabalho e emprego.

ABSTRACT - Narrative is one of the oldest ways of human expression, being conceived by several authors as a means for one's structuring. Taking narrative as a form of psychological meaning and constitution, we attempt to delimit, inside the emerging field of Psychology that takes narrative as the center of its investigation, the formation of the self through this discursive practice. Being a means for the formation of the self, narrative crosses several atria of human life. One of these privileged fields of personal and social significance is work. However, in the course of history we notice that there is an effort in aligning the concept of work with that of job, effort that is perpetrated by an ideology of security of the job, a reflex of a defined social system, the industrial system. In this context, we notice that, at present, the category of work is being reformulated; some authors even speculate its disappearance. In this article, we discuss the possibilities of the narrative of self through work in a time when the centralism of the work itself and its existence are in check.

Key words: narrative, narrative of self, centralism of work, work and job.

A Narrativa

A narrativa é um dos mais antigos mecanismos de transmissão, perpetuação e regulação social; podemos perceber a relevância do fato nas sociedades tribais em que diversos códigos de conduta e regulamentação social eram transmitidos oralmente ou sob forma de cerimônias, fundamentadas em histórias contadas a partir de um ancestral

que doava o sentido social de existência daquele grupo (Barraycco, 2005; Donkin, 2003). As próprias pinturas rupestres são, em última análise, uma narrativa do cotidiano de um povo, o registro impresso em cores, na pedra, da passagem deles, enquanto cultura, pela terra.

Assim, o próprio ato de narrar já acompanha a humanidade desde tenra idade, e mesmo tendo sido estudada desde a Antiguidade da Grécia – quando Aristóteles

fez uma profunda reflexão sobre a narrativa em seu texto *Poética* – e havendo a consciência do dito como diferenciador entre o homem e o animal (Vieira, 2001), foi somente nos anos 80 do século vinte que a Sociologia e a Psicologia interessaram-se pelo princípio narrativo como constituinte da humanidade, indo para além da fala como ato de comunicação. E tomando um *status* de metáfora fundamental do homem, essa mudança foi chamada de “virada narrativa” (Bruner, 1997).

Bruner (1997) nos apresenta de forma condensada e bastante elucidativa os componentes de uma narrativa (*seqüencialidade, indiferença factual, ligação entre o excepcional e o comum e dramaticidade*), e o modo como podemos identificá-los. Primeiramente o autor nos leva ao conceito de *seqüencialidade*, o qual define como o encaideamento de eventos – formado de maneira única em cada narrativa – ligados aos personagens, seus estados mentais e o cenário em que a narrativa se desenvolve.

Um mesmo argumento ou história, ao ser contado em diferentes ocasiões ou por pessoas diferentes, apresentará variações conforme a importância atribuída pelo narrador a certas ações ou seqüências de ações.

Os elementos dessa seqüencialidade, a exemplo da própria linguagem, não são auto-explicativos, ou não se fazem entender em sua singularidade, pois é através da relação desses elementos entre si que suas identidades dentro da narrativa podem ser compreendidas.

O autor resume a seqüencialidade da seguinte forma:

Talvez sua [da narrativa] propriedade principal seja sua seqüencialidade inerente: uma narrativa é composta por uma seqüência singular de eventos, estados mentais, ocorrências envolvendo seres humanos como personagens ou atores. Estes são seus constituintes. Mas estes constituintes, por assim dizer, não têm vida ou significados próprios. Seu significado é dado pelo lugar que ocupam na configuração geral da seqüência como um todo, seu enredo ou *fabula* (Bruner, 1997, p. 46).

A *indiferença factual* trata da irrelevância, para a narrativa, de sua veracidade; o significado da narrativa tem primazia sobre a referência da história. Assim as seqüências das sentenças formuladas dentro da narrativa são o fator de valor do discurso de quem narra; um determinado narrador pode dar ênfase a certos acontecimentos de uma narrativa, suprimir algumas partes da história, modificar a seqüência do que está narrando ou até inserir conteúdos que não existiam na história. Certamente, isso demonstra a importância dada pelo narrador às partes dessa história. O que é verdade ou não nesse discurso não faz qualquer diferença; dessa forma, como acontece com a *seqüencialidade* – em que a seqüência correta é menos importante que a seqüência enunciada pelo narrador –, a atribuição de significado que se dá ao se produzir a história é o fator determinante, não sua factualidade real.

A *indiferença factual* está intimamente ligada à seqüencialidade da narrativa, pois é dentro da seqüência do

enredo que a relevância dos fatos narrados toma sua posição e dimensão; por isso afirmamos anteriormente a singularidade da seqüencialidade narrativa. Assim, aquele que interpreta aquilo que é contado deve, antes de tudo, se apropriar dos elementos dessa narrativa a fim de localizar os atores e as ações dentro do enredo, para deste, seqüentemente, poder extrair os pontos relevantes da narrativa dentro da relação enredo-acontecimentos-atores.

A *ligação entre o excepcional e o comum*, como nos diz Bruner (1997), toma qualquer atitude e estado desviante do que possa, culturalmente, ser esperado para dada circunstância. Como exemplo simples poderíamos dizer que ir à praia em uma manhã de sol de biquíni é um comportamento considerado padrão (seria uma “atitude praia”); entretanto ir ao mesmo lugar de *black tie* é algo tomado como estranho, ou, no caso, excepcional. Assim a narrativa toma o lugar de fazer a junção entre aquilo que é excepcional e comum, a fim de tornar o que é considerado desviante como aceitável.

Em nosso pequeno exemplo poderíamos supor que aquele que foi à praia vestido de maneira inadequada estaria vindo de uma festa e, por ter passado toda a noite na comemoração, resolveu terminá-la de frente para o mar, sentindo a brisa e o sol. Essa rápida narrativa não precisa, necessariamente, ser efetivada pelo agente que emprega o comportamento excepcional.

Ainda tendo como base o exemplo acima, a narrativa sobre a festa poderia ter sido construída por um casal de namorados que estava na praia, que completam sua narrativa com a constatação de que o farrista certamente estaria vindo do casamento de algum amigo. Uma triste jovem poderia narrar a perda de um amor em uma festa e o conseqüente mergulho na bebida durante toda a noite para afastar a lembrança de seu amor perdido, seguida do término da noite em uma praia onde ele se encontra com a falta de sua amada. Finalmente a narrativa do jovem vestido para uma festa formal em plena praia, pela manhã, também poderia ser feita a partir da idéia de alguém que deseja refletir, em um belo lugar, sobre como dará a notícia de uma grave doença à família.

O trágico desfecho dessa pequena e hipotética história nos leva à conclusão inequívoca de que em todos os casos a narrativa cumpriu seu papel: nos três exemplos ela tinha uma seqüencialidade que determinava um caminho dos acontecimentos, que mesmo sem ter relação direta entre o fato real e a história narrada, culminaram por conseguir unir de forma plenamente aceitável – para cada um em sua perspectiva particular – o fato excepcional que estava acontecendo.

Por fim temos a *dramaticidade*. Bruner (1997) aponta que as histórias bem formadas possuem *cinco elementos mais um*, que são: o *Ator*, uma *Ação*, uma *Meta*, um *Cenário* e um *Instrumento*. O mais um a que nos referimos é um outro elemento que faz os cinco circulararem e interagirem entre si na narrativa; esse último elemento dinamiza

dor da narrativa é chamado de *Problema*, sua função dinâmica se cumpre no momento em que é o *Problema* que cria uma desarmonia, ou desequilíbrio, entre alguns dos cinco elementos formadores da história. Assim, é orbitando em torno desse desequilíbrio que a história irá se desenrolar e ter seu desfecho. E ainda diz Bruner:

O “dramatismo”, no sentido de Burke, focaliza os desvios do canônico que apresentam conseqüências morais e afastamentos relacionados à legitimidade, ao compromisso moral, aos valores. As histórias então devem, necessariamente, relacionar-se ao que é moralmente valorizado, moralmente apropriado ou moralmente incerto. A própria noção de Problema pressupõe que as Ações deveriam se encaixar às Metas apropriadas [...] e assim por diante. As histórias, levadas à conclusão, são extrapolações sobre os limites da legitimidade, como apontou Hayden White. Elas se tornam “verossímeis” em relação a um Problema moralmente explicado, quando não remodelado. E se desequilíbrios permanecem ambigüamente pendentes, como amiúde ocorre na ficção pós-moderna, é porque os narradores buscam subverter o meio convencional através do qual as histórias assumem uma posição moral. Contar uma história é inescapavelmente assumir uma posição moral, mesmo que seja uma posição moral contra as posições morais (Bruner, 1997, p. 51).

Brockmeier e Harre (2003) postulam, resumidamente, que:

A narrativa deveria antes ser considerada como uma expressão de um conjunto de instruções e normas para se realizar uma variedade de práticas comunicativas, ordenar, dar sentido às experiências, promover conhecimento, apresentar desculpas e justificativas e assim por diante. Apesar de parecer uma entidade lingüística e cognitiva firme e bem definida, a narrativa deve ser tratada como um conjunto condensado de regras, englobando aquilo que é coerente e plausível em uma certa cultura (Brockmeier e Harre, 2003, p. 531).

Narrativas de si-mesmo

O fragmentado campo do saber psicológico – afirmamos fragmentado no sentido epistemológico, acatando a realidade de saberes díspares nessa área – sofreu, segundo Bruner (1997), um importante impacto com o ingresso de duas modificações teóricas e pragmáticas operadas nos campos da aprendizagem e da antropologia e sociologia.

O autor afirma que “com o advento da revolução cognitiva, a ênfase na teoria da personalidade também mudou para questões mais cognitivas como, por exemplo, que tipos de ‘construtos pessoais’ as pessoas usavam para extrair significado de seus mundos e de si mesmas” (Bruner, 1997, p. 93). Assim, os processos de significação e de construção pessoal passaram a ter maior destaque nas teorias que tomavam o “si-mesmo” como campo de estudo.

É através da inter-relação do sujeito com o meio que se dá a sua construção, não só o mundo dos eventos externos ao sujeito, tampouco os eventos que se processavam internamente; a realidade que as pessoas criavam

estava relacionada com outras criações de outras pessoas, e essas relações eram socialmente e particularmente negociadas. Assim, para que se pudesse conhecer o sujeito, se deveria conhecer igualmente seu contexto, seus valores, sua sociedade, sua cultura, suas crenças, seus grupos, em suma: seu mundo interno e externo.

Geertz (1989), em seu livro *A interpretação das culturas*, nos dá mostras muito claras dessa dimensão adotada na antropologia quando cita, como característica das culturas, sua historicidade, sua posição frente aos que a compõem e como ela é modificada pelo olhar (viver) desses componentes na própria malha cultural. A cultura enquanto fator de construção daqueles que nela estão inseridos é imposta aos que nela são gradativamente colocados, ou seja, os sujeitos já inseridos na cultura vão transmitindo-a aos que vão nascendo e crescendo dentro dela, em um movimento de apropriação dessa cultura. Entretanto, essa apropriação não se dá de forma igual, cada componente dessa cultura a recebe de uma forma diferente; essa modificação particular faz com que as relações de cada um desses sujeitos com a cultura seja única, e é desta unicidade de relação que nascem modificações que podem, com o passar dos anos, ser solidificadas dentro da própria estrutura social.

Dessa forma, o si-mesmo desses componentes faz parte deste mundo sociocultural, dentro de um contexto temporal que respeita uma historicidade. O homem é dotado de uma capacidade única na natureza, a de representar-se. Isso faz inalienavelmente com que cada sujeito tenha não apenas consciência de si, mas, e principalmente, de sua finitude; esse fato faz gerar a busca por um significado dessa passagem, significado este que não se faz para o animal, pois este não sabe de si. Esse sentido é uma busca narrativa; é na narrativa que se faz de si que o sujeito dá sentido aos seus atos, aos laços que forma, em suma, à sua vida. Silva (2003) afirma que “é, nesse sentido, um indivíduo no espaço-tempo, cuja identidade se constrói justamente a partir das narrativas sobre este espaço-tempo que o habita e é habitado por ele” (p. 155).

O si-mesmo – essa identidade social, cultural e histórica – se constitui, assim como toda a experiência humana, na forma de narrativa; é a estrutura narrativa que dá forma e coesão às experiências humanas. Ao narrar, o homem passa a criar uma estrutura definida de sua experiência, aspirações, sentimentos, pensamentos, história, enfim, de si mesmo.

O si-mesmo expressa-se nessas dimensões internas, mas faz-se, também, na relação com o outro e com o mundo. As escritas, os livros que são lidos, as pessoas que são próximas, as anotações, os estudos, os pedidos de ajuda e as ajudas prestadas – dentre tantos outros exemplos –, formam um espaço onde o sujeito emprega um fazer de si-mesmo. Pois em cada ato, em cada enunciado, cria-se um espaço da marca; uma digital irrefutável do si-mesmo enquanto constituinte e constituído, delimitado

por sua própria ação volitiva.

Ora, se nos voltamos a certa atividade, pessoa, estudo ou lazer, isso é, por si só, uma característica daquele sujeito. E quando, por algum motivo, esse sujeito é conclamado a dar conta dessas características, ele passa a estruturá-las de forma coesa com seu si-mesmo; ou pela via sentimental, ou por um descuido justificável, ou simplesmente por um alinhamento com um comportamento social que se espera dele; o sujeito se faz presente nessa contextualização. A essa característica Bruner (1997) denominou de *capacidade distributiva*.

Pensar no binômio particular-coletivo na construção do si-mesmo requer um pensamento dinâmico; essa construção é dinâmica não apenas pelo binômio em si, mas pelo fato de que a estrutura sociocultural é pública, fundada sobre uma coletividade de si-mesmos que têm de negociar uns com os outros seus interesses, permanências e estruturação; que acaba por modificar e ser modificada pelo meio social através de uma relação dialética.

Essa dinâmica está impressa, como marca inalienável, no cenário, no enredo, na trama que os sujeitos constroem sobre si-mesmos, como já expusemos no início deste texto; a finalidade, a forma e o contexto em que o si-mesmo tem de se apresentar, quando convocado, lhe dão uma característica totalmente ativa. Desse modo, uma psicologia que busque esse si-mesmo narrativo:

Busca as regras que os seres humanos aplicam para a produção de significado em contextos culturais. Esses contextos são sempre *contextos práticos*: é sempre necessário perguntar o que as pessoas estão *fazendo* ou *tentando* fazer num certo contexto (Bruner, 1997, p. 102).

O lugar do bom pai, o lugar do filho estudioso, o lugar da esposa feliz ou da criança alegre são locais que tomam como referencial o outro; o lugar do político, o lugar do operário, o lugar do criminoso, são posições frente às alocações sociais possíveis; a infância pobre, a família tradicional ou as influências perniciosas na adolescência, são contextos sociais. Cabe ao sujeito que narra estruturar esses – dentre outros – fatores e criar uma história de si, uma teia narrativa que envolva e conecte não só esses aspectos, mas como eles lhe atingiram e como o fizeram – ou conduziram a – tomar as escolhas que tomou e terminar por se fazer como é.

O que sustenta a narrativa do bom pai? Quais as repercussões dessa posição para esse sujeito? Como ele significa essa posição? Como ele a constrói?

Essas são perguntas importantes e que aferem – mesmo que em pequena proporção – essas construções subjetivas.

Podemos, então, delimitar o campo da construção do si-mesmo como um espaço dual – interno e externo – no qual o sujeito tece, dentro do contexto social, cultural e histórico em que está inserido, a trama narrativa sobre suas crenças, sentimentos, relacionamentos, atitudes,

comportamentos, interesses, etc. É dentro desse espaço, perpassado pelas posições sociais e lugares sociais que esse sujeito ocupa, que ele vai localizar os *atores*, as *ações*, o *cenário* e os *desfechos* dessa narrativa dentro da *sequencialidade* da trama, de modo que, através dela, poderá fazer uma ligação entre o *excepcional* – de sua vida particular – e o *comum*, que *independem da factualidade desta história narrativa*. A significação dada à ela por seu narrador faz dela um elemento estruturador deste si-mesmo.

Ou como arremataria Bruner (1997):

Refiro-me, simplesmente, a um relato do que se pensa que se fez, em que cenário, de que modo, por que razão. Ela será inevitavelmente uma narrativa [...], sua forma será tão reveladora quanto sua substância. Não importa se o relato se adapta ao testemunho de outros (p. 102).

Trabalho e precarização

A partir das reflexões anteriores sobre a narrativa como possibilidade de construção de si-mesmo, podemos seguir para uma tentativa de compreender as possíveis relações que podem ser estabelecidas entre narrativa, trabalho e identidade, principalmente, no que concerne ao atual contexto laboral.

Em primeiro lugar, é importante deixarmos clara a delimitação do conceito de trabalho que utilizaremos ao longo deste artigo, qual seja: uma atividade eminentemente humana, portanto, consciente, criativa e transformadora, da qual o homem tem o domínio e a faz objeto de sua vontade; implica a capacidade de abstração e de atribuir significados e é vista como condição mediatizadora do processo de hominização, humanização e construção do sujeito.

Estamos fazendo uma aproximação ao conceito marxista de trabalho no qual, trabalhando, o homem é agente transformador da natureza e é, ao mesmo tempo, transformado por ela em um processo dialético, onde a atividade do trabalho gera um produto de valor, seja esse valor de uso ou de troca. Ele modifica e constrói a sua realidade e é nessa ação de construção e reconstrução que podemos compreender a própria subjetividade. É nesse processo que há uma mediação das relações sociais e a internalização da materialidade do mundo, permitindo a produção da linguagem e de sentidos pessoais da realidade.

Esse fenômeno, então, é visto como elemento fundamental de auto-referência, que faz parte da constituição da identidade dos indivíduos e, portanto, é um território privilegiado de viabilização de narrativa do sujeito.

Essa compreensão do trabalho como fazendo parte da narrativa de si mesmo pôde ser constatada de forma mais clara e fácil, a nosso ver, na realidade da sociedade salarial. Nesse período, ele assumiu uma importância central tanto para a vida dos indivíduos como para a organização social. Para os primeiros, era garantia de sustento e

de uma vida digna, era a partir dele que se podia estabelecer a situação social de cada um e mesmo valorar o indivíduo, pois eram considerados cidadãos aqueles que trabalhavam. No que diz respeito à sua importância social, era fundamental para a organização das coletividades e também propulsor de crescimento econômico e manutenção do próprio sistema capitalista.

Como nos diz Bauman (1999), o trabalho se constituía como principal ponto de referência dos indivíduos, um valor em si mesmo, uma atividade nobre e hierarquizadora. E acrescenta que todas essas características surgiram e foram sustentadas por uma ética do trabalho construída no intuito de disciplinar os trabalhadores dentro de uma nova norma de vida.

Entretanto, quando voltamos o nosso olhar para a contemporaneidade, percebemos que o contexto laboral está em processo de mudança, onde o referencial da sociedade salarial se aplica cada vez menos à realidade dos trabalhadores. Podemos observar que o trabalho está adquirindo novas formas de ser feito e, principalmente, significado pelos indivíduos.

Em concordância com autores como Antunes (1998), situamos o atual contexto do trabalho como um período marcado pela precarização laboral. Este conceito implica a noção de um processo em curso resultante de uma nova organização e de condições precárias do trabalho.

Nesse sentido, estamos falando de uma realidade caracterizada por ocupações urbanas, principalmente, no setor terciário; alongamento de segmentos pouco estruturados, como pessoas trabalhando sem carteira assinada, pequenos empregadores, trabalhadores por conta própria e não remunerados; precarização ou perda na qualidade do posto de trabalho representada pelo 'desassalariamento' formal, perda dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, jornadas de trabalho mais longas, remuneração oscilante no tempo, múltiplas fontes de rendimentos, entre outros; estagnação dos salários; piora distributiva funcional (repartição da renda entre rendimentos do capital e do trabalho) e pessoal (repartição dos rendimentos do trabalho entre os ocupados); e aumento dos níveis de desocupação e desemprego aberto (Junior, 2001).

É importante acrescentar que o processo de modernização e globalização fez com que países em desenvolvimento como o Brasil seguissem trajetórias de adaptação a essa realidade de avanços tecnológicos, flexibilização do trabalho e maior envolvimento do trabalhador com a qualidade e a produtividade (Martins, 2001) sem, entretanto, vivenciar a melhoria das condições sociais na mesma proporção dos países desenvolvidos. Há autores que defendem ainda que o Brasil nunca pôde ser realmente caracterizado como uma sociedade salarial (Castel, 1995). Essa questão é problemática, já que observamos que esta foi a referência que pautou a organização do trabalho e as próprias expectativas e ideais dos trabalhadores em relação à realidade laboral e ainda continua sendo a base so-

bre a qual se pautam os planos dos trabalhadores, mesmo sendo algo que não está de pleno acordo com a realidade.

A própria classe que vive do trabalho vem sendo afetada por essas mudanças advindas da nova configuração do mercado. Segundo Antunes (1998), ela está mais complexa, fragmentada e heterogênea devido a algumas tendências que se tornam mais fortes em nossa realidade como a desproletarização do trabalho industrial em consequência da automação e do surgimento de novas tecnologias (robótica e microeletrônica) que geram o desemprego estrutural; o aumento de pessoas "autônomas" inseridas no setor de serviços; a subproletarização caracterizada por trabalhos parciais, temporários, subcontratações, terceirizações, todos relacionados ao advento da economia informal; a maior participação feminina no contexto laboral; e a superqualificação de alguns segmentos mais intelectualizados, convivendo com a desespecialização de uma grande parcela da classe trabalhadora.

Essas constantes mudanças tecnológicas, socioeconômicas e culturais advindas da reestruturação produtiva e a conseqüente nova organização do capitalismo acabam levando muitos autores a caracterizar esse período como sendo de "crise da sociedade do trabalho", já que, visivelmente, observa-se o aumento do desemprego, da precarização laboral e uma maior valorização do tempo livre. O que poderia levar muitas pessoas a pensar que o trabalho enquanto espaço social está deixando de ser um território privilegiado de inserção desse sujeito na estrutura social, principalmente, no mundo do adulto.

A diferenciação entre os conceitos de trabalho e emprego é um ponto chave para compreendermos como esse processo de mudança, ao qual estamos denominando de precarização laboral, leva alguns autores como Gorz (2003) e Medá (1998) a pensar que o trabalho está perdendo a centralidade em nossa sociedade ou mesmo está chegando a seu fim. O que acontece, a nosso ver, é que eles se apropriam do conceito de emprego como sinônimo de trabalho, o que é compreensível quando eles partem do pressuposto de que o próprio trabalho surge na modernidade. Mas continuamos a reforçar que eles falam de uma modalidade específica dessa categoria, já que acreditamos ser o trabalho algo que acompanhou o próprio desenvolvimento do homem enquanto homem, ou seja, é algo histórico e antropológico.

Como definimos anteriormente, o trabalho é compreendido de uma forma mais abrangente como uma atividade humana que visa satisfazer as necessidades daquele que a realiza e que é fundamental ao processo de hominização. O emprego, entretanto, é uma modalidade de trabalho que surge no século XX, mais especificamente no período pós-guerra, e adquire sentido nas idéias do Keynesianismo, que buscam uma reabilitação e regulação do capitalismo que tinha como referência um trabalho industrial alienante, mutilador e desumanizante que gerava conflitos de classes e resistência dos trabalhadores. A noção

de emprego parte de uma intervenção mais direta do Estado em sua organização (Estado do Bem Estar), que agrega à remuneração da atividade laboral a estabilidade econômica, os benefícios e a segurança social.

Essa noção de emprego foi indevidamente apropriada como sinônimo de trabalho, reforçando o ideal da sociedade salarial do pleno emprego para todos, onde ele passa a ser um dos principais critérios de classificação social, de condição de cidadania, e a ter uma importância considerável para a personalidade global da pessoa.

No contexto de precarização, observa-se claramente uma dualidade social onde alguns – vale ressaltar que se trata de um contingente cada vez menor – vivem a segurança no emprego, ao contrário da maioria crescente, que tem trabalhos precários e insegurança econômica. Isso proporciona uma desintegração e segmentação da classe operária, existindo uma elite (núcleo estável) com um largo leque de qualificações e privilégios; e outro núcleo de trabalhadores com qualificações menores e mais restritas, marginalizados, que servem de “exército reserva”. A partir disso, observa-se também uma individualização das responsabilidades e dos próprios interesses dos trabalhadores.

Se compreendermos que a noção de cidadania, nesse contexto, está relacionada também à participação social através do emprego, nem todos os indivíduos, como acima citado, têm espaço para se identificar e ascender a essa condição.

Mesmo com todas essas modificações no cenário laboral, Antunes (1998) afirma que a eliminação do capitalismo como fonte criadora de valor não pode ser concretizada enquanto perdurar o modo de produção capitalista. O que ele defende, portanto, é que todas essas tendências, ou novas formas de estruturação do trabalho, coexistem no mundo laboral e que não se pode falar hoje de um caráter generalizante ou unívoco dessa categoria. Segundo Aquino (2003), um dos motivos que podem estar provocando o surgimento dessas idéias equivocadas sobre o fim do trabalho é uma não distinção entre a perda da centralidade do fenômeno trabalho e a perda de um tipo de configuração laboral específica, qual seja, o emprego.

Ao se falar de crise do trabalho, de perda de sua centralidade, ou mesmo, mais radicalmente, de seu fim, a partir desse contexto de mudança da estrutura econômica e social em que vivemos, com a diminuição de empregos, sua flexibilização e precarização, acreditamos que se está esquecendo do caráter múltiplo e polissêmico do trabalho como atividade humana. Como afirma Aquino (2003), o que se está denominando de “crise do trabalho” também pode estar representando uma mudança no próprio fenômeno ‘trabalho’, o que implicaria o nascimento de um novo modelo de trabalho e uma nova atribuição de sentido para essa categoria.

O trabalho assalariado concebido como emprego é que está em crise, e isso configura grandes mudanças no

âmbito laboral e na construção subjetiva dos próprios sujeitos, mas não vemos sentido em fazer disso uma generalização que afirme o fim do trabalho em sua concretude. O que podemos aceitar é que ele esteja dividindo essa centralidade com outras categorias como família, religião, lazer, entre outros. E, nesse sentido, abre-se um leque para reconhecer a abrangência das possibilidades de narrativa do sujeito contemporâneo no momento em que este vive em um tempo de transição entre uma sociedade onde trabalho e emprego são tidos como sinônimos – o Estado de Bem Estar e os anos que se seguiram – para um contexto em que o trabalho se torna precarizado e a noção e centralidade do emprego parece se perder – perspectiva para a qual o atual contexto aponta.

Ora, se pensamos na sociedade pós-Revolução Industrial como uma sociedade eminentemente laboral, temos de levar em consideração o impacto que o exercício da atividade de trabalho tem sobre esse sujeito que compõe a malha social. A centralidade do trabalho em nossos dias tomou uma conotação tão exacerbada que os tempos vividos na sociedade tendem a confluir e se organizar para adequar-se ao tempo do trabalho, que nesse contexto assumiu, inevitavelmente, o papel central de identificador na sociedade contemporânea. Essa afirmação, longe de um juízo de valores, aponta para o fato de que hoje o trabalho define o ‘compromisso’, a ‘colaboração’, a ‘posição’ social desse sujeito.

O trabalho é, assim, uma categoria central nessa narrativa de si-mesmo em que o sujeito tenta alocar-se de sentido na sua passagem pelo social. Pois, se é próprio do humano dotar seus atos de significações, é esperado que parte de seu tema narrativo perpassa por locais socialmente privilegiados, neste caso o trabalho. Entretanto, se, na década de 50, delimitar esse espaço era uma tarefa mais simples, no sentido de que o trabalho era confundido com o emprego, e este era a forma de inserção laboral homogênea na sociedade; hoje o sujeito que tenta narrar a si-mesmo encontra um hiato de referências entre o exercício do trabalho e a conquista de um emprego.

Esse hiato reside exatamente na confusão que ainda persiste entre emprego e trabalho: de um lado, o conceito socialmente ainda arraigado de reconhecer o emprego como única forma de trabalho; e de outro, a realidade que oferece cada dia mais a precarização como única forma de se entrar no mercado de trabalho. Assim, o sujeito não mais tem um *problema* entre o *ator* e a *ação*, ou de *meta* e *cenário*, que a narrativa vai dar conta; o vazio dessa referência gera um conflito entre o *ator* e ele mesmo, quando deseja algo que vê esvaindo-se a cada dia, e entre o *cenário* e ele próprio, no momento em que, como discurso social, ainda alinha emprego e trabalho, mas na prática vai afastando esses dois conceitos e forçando o sujeito a procurar outras formas de narrar a si-mesmo, em que esse lugar socialmente central – o trabalho/emprego – já não mais lhe garante referencial para narrar-se.

Esse fato pode ser visto no estudo publicado por Marciel *et al.* (2006) com trabalhadores cooperados que, oriundos de uma empresa tradicional, decidiram fundar uma cooperativa. A questão da cooperativa é um fato importante na medida em que esta permite a apropriação de seus membros ao meio de produção, já que todos os cooperados são donos/sócios, e, desta forma, desarticula a lógica padrão-empregado, constituindo-se como um exemplo de trabalho precarizado, onde o trabalhador não tem garantias formais de estabilidade e renda.

O estudo é tomado aqui como ponto de exemplo por ter utilizado um método que privilegia o discurso dos sujeitos pesquisados. Valendo-se do método do *Discurso do Sujeito Coletivo de Lefèvre, Lefèvre et al.* (2000), os pesquisadores conseguiram reconstituir um discurso dessa coletividade cooperada.

O que pode ser percebido no estudo é a dificuldade e a ambigüidade dos cooperados em relação à apropriação do discurso de dono/sócio da cooperativa. Os trabalhadores não conseguiam se desvincular da posição de empregado e continuavam a narrar-se a partir desta posição. Entretanto, a realidade já não condizia com este fato, pois eles eram donos/sócios da cooperativa, o que dificultava as reivindicações nas assembleias.

A dificuldade em se narrar partindo de uma ótica que não é a do empregado é expressa pelos cooperados em passagens como:

É difícil compreender o sistema cooperativo. Não entendo muito, em alguns momentos sou dono, em outros sou o empregado que apenas cumpre ordem e realiza tarefas, não cabe a mim decidir rumos.

[...]

Entre nós existe uma diferença de ganhos que eu não compreendo, quem mais trabalha é quem menos ganha, ralo o mês inteiro, pego serviço de quem não quer fazer o serviço, mesmo assim meu salário não melhora, já tenho mais de dois anos na cooperativa e nunca houve um aumento (Marciel *et al.*, 2006, p. 551).

Salário, aumento, dia de pagamento, são elementos incluídos na lógica do empregado. Como podemos perceber por nessa rápida passagem, nossos protagonistas não conseguem criar um elo de compatibilidade entre uma posição de cooperado e seu lugar como trabalhador, pois continuam a reproduzir um discurso no qual se colocam como empregados, e o hiato que vai se criando entre a nova realidade e o antigo discurso ainda impregnado da posição do empregado vai criando entraves para esse trabalhador se reconhecer como membro efetivo da cooperativa (como dono, responsável pelo ganho e perca coletiva, etc.) e um trabalhador fora do sistema de estabilidade que o emprego garante.

Se, de um lado, o *Ordinace et labourers*¹ implantou um primeiro sistema onde houve uma intervenção que intentava uma regulamentação mais homogênea do trabalho, o que possibilitou o nascimento do Estado de Bem Estar, a confluência entre trabalho e emprego e a criação de um cenário onde a própria concepção de emprego passou a ser central na forma de o sujeito se significar; de outro, o mundo contemporâneo, com o movimento de flexibilização, colocou em cheque essa sociedade do emprego e, como ainda vivemos à sombra do binômio emprego-trabalho, conseqüentemente estremeceu essa *Narratives et labour*.

Novos caminhos, velhos problemas: últimas considerações

Tendo ciência de que o trabalho, como vimos, é uma categoria privilegiada pelo sujeito ao se significar para si e para o outro, e de que essa construção passa por um lugar de utilidade social e produtividade coletiva; a categoria trabalho passa a figurar com profunda importância na narrativa de si-mesmo de que o sujeito se vale. Essa importância se dá de forma histórica na construção da própria sociedade como a conhecemos e do homem enquanto tal. Mesmo tendo sofrido modificações no curso histórico, a importância dessa categoria nos acompanhou até a contemporaneidade.

Em virtude da vinculação – um quase amálgama – da noção de trabalho e emprego gerada pela sociedade salarial, que encontrou no emprego a forma de atrelar o sujeito a um tipo de produção privilegiado pelo sistema social, o trabalho foi alinhado a formas consideradas seguras de remuneração, que incluíam direitos trabalhistas e remunerações fixas mensais. Foi dessa forma que o foco de importância da produtividade coletiva voltou-se para o da seguridade empregatícia, tendendo a obscurecer o caráter social da produção de trabalho de cada sujeito.

No momento em que a sociedade do emprego entra em crise e que uma massa cada vez maior de trabalhadores envereda pelo caminho de empregos temporários, precarizados, sem uma vinculação formal, ou com direitos reduzidos – quando não negados –, esse sujeito trabalhador passa a perder, subjetivamente, um lugar de expressão de si-mesmo. O discurso social institui importância a um lugar que a própria estrutura social já não mais pode assegurar por completo.

Distanciado dessa possibilidade de narrar a si-mesmo através do que apreende ser o trabalho – que em verdade se constitui como emprego –, esse narrador vê-se tolhido da possibilidade de identificar-se com

¹ Trata-se da primeira legislação a regulamentar o trabalho, com a qual o Estado, em 1349, determinava a obrigatoriedade de trabalho para homens e mulheres com menos de sessenta anos e pelos mesmos salários anteriores à Peste Negra. Buscava-se, com isso enfrentar a escassez de mão-de-obra e a tendência de altos salários que estavam arruinando os pequenos e médios proprietários rurais.

o novo modelo, ao mesmo tempo em que vai se tornando o órfão do antigo.

Esse sujeito narrador percebe-se distante, então, da vereda de um dos principais portos de significação social. O fato de não conseguir narrar a si-mesmo como trabalhador, traz consigo a marca indelével do mal-estar patente naqueles que cada dia mais se aglomeram na condição da precarização do trabalho, expresso indistintamente em diversos discursos onde se percebe a cor seca do que não consegue ali se significar. “Faço bico, mas estou procurando trabalho” poderia ser o mote dessa problemática.

Essa é uma primeira consideração a se chegar: a precarização do emprego, por meio de sua equívoca igualdade com o trabalho no discurso social, é fonte de um profundo mal-estar no momento em que o sujeito não consegue daí extrair uma narrativa de si mesmo.

Uma segunda, e última, consideração, bem mais uma abertura que um fechamento – já que todo texto é em aberto, sempre – é a possibilidade de estudo e a possibilidade do resgate e abertura de novas significações da categoria trabalho através do processo narrativo.

É bem verdade que esse trabalho de resgate exigiria inicialmente a prática da desvinculação entre as categorias trabalho e emprego, o que de certo modo já vem acontecendo no meio acadêmico, mas que falta ainda ser apropriado, como narrativa de uma coletividade, pela sociedade de uma forma geral.

Seria, por fim, com base nesse ressurgir narrativo sobre o trabalho que o valor produtivo poderia, talvez, retornar enquanto tal. Um retorno, não a suas origens, pois depois que as abandonamos, elas não podem ser nada além de rememoradas, mas a uma centralidade mais próxima ao valor coletivo – como o era no início –, tendo como experiência uma massificação – o emprego – que parece fazer frente à impossibilidade de absorver toda a gama de sujeitos prontos a nela ingressar.

Referências

- ANTUNES, R. 1998. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez, 200 p.
- AQUINO, C.A.B. de. 2003. *Tiempo y Trabajo: un análisis de la temporalidad laboral en el sector de ocio – hostelería y turismo – y sus efectos en la composición de los cuadros temporales de los trabajadores*. Madrid, Espanha. Tese de Doutorado. Universidad Complutense de Madrid, 432 p.
- BARRAYCCOA, J. 2005. *El tiempo muerto: tribalismo, civilización y neotribalismo en la construcción cultural del tiempo*. Barcelona, Ediciones Scire, 232 p.
- BAUMAN, Z. 1999. *Trabajo, Consumismo y Nuevos Pobres*. Madrid, Gedisa Editorial, 268 p.
- BROCKMEIER, J. e HARRE, R. 2003. Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 16(3):525-535.
- BRUNER, J. 1997. *Atos de significação*. Porto Alegre, Artes Médicas, 130 p.
- CASTEL, R. 1995. *Metamorfosis de la cuestión social*. Barcelona, Paidós, 478 p.

- DONKIN, R. 2003. *Sangue, suor & lágrimas: a evolução do trabalho*. São Paulo, M. Books do Brasil, 416 p.
- GEERTZ, C. 1989. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 323 p.
- GORZ, A. 2003. *Metamorfoses do Trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo, Annablume, 247 p.
- JUNIOR, J.C.C. 2001. Crise e Desregulação do Mercado de Trabalho no Brasil. *Tempo Social*, 13(2):31-59.
- LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, M.A. e TEIXEIRA, J.J.V. 2000. *O discurso do sujeito coletivo: uma abordagem metodológica em pesquisa qualitativa*. São Paulo, EDUSC, 112 p.
- MARCIEL, R.H.; SENA, F.C. e SABÓIA, I.B. de. 2006. Educação cultural e pós-modernidade. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 6(2):535-560.
- MARTINS, H.H.T. de S. 2001. O Processo de Reestruturação Produtiva e o Jovem Trabalhador. *Tempo Social*, 13(2):61-87.
- MÉDA, D. 1998. *El Trabajo: un valor en peligro de extinción*. Barcelona, Gedisa editorial, 286 p.
- SILVA, M.L. 2003. Educação cultural e pós-modernidade. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 3(1):151-163.
- VIEIRA, A.G. 2001. Do Conceito de Estrutura Narrativa à sua Crítica. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 14(3):599-608.

Submetido em: 05/04/2007

Aceito em: 01/08/2007

Iratan Bezerra de Sabóia

Especialista em Gestão de Recursos Humanos
Professor do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará

Professor do Curso de Psicologia da FATECE
Aluno do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Ceará

Raquel Coelho

Aluna do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Ceará

Bolsista CAPES

Cássio Adriano Braz de Aquino

Doutor em Psicologia Social pela Universidad Complutense de Madrid

Professor Adjunto do Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Ceará